

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO

I. DADOS BÁSICOS

Nome da organização: Instituto Cidade

Título do projeto: *Recuperation of the Atlantic Forest in the Watershed of Rio Caraíva*
(Recuperação da Mata Atlântica e Proteção das Águas na Bacia do Rio Caraíva)

Parceiros que contribuíram para a implementação do projeto (Apêndice 1):

Organizações co-gestoras: ANAC – Associação dos Nativos de Caraíva e Grupo Ambiental Natureza Bela

Parceiros em projetos integrados na região: I BIO - Instituto BioAtlântica; Associação FLORA BRASIL; PRESERVA – Associação de Proprietários de RPPNs da Bahia e Sergipe; ASCBENC – Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva; COOPLANTAR – Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do extremo sul da Bahia.

Outros parceiros do terceiro setor: Aliança para a Conservação da Mata Atlântica — Conservação Internacional Brasil e Fundação SOS Mata Atlântica; Sindicato Rural de Itabela; PROECO – Associação pro Ecoturismo de Caraíva; ACIBAVE – Associação da Comunidade Indígena de Barra Velha; COPERSUBA - Cooperativa de Trabalho do Sudoeste da Bahia; RIOESBA – Rede Mata Atlântica de Sementes Florestais; THE NATURE CONSERVANCY; ABAF — Associação Baiana de Florestas Plantadas.

Parceiros do poder público: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Parques Nacionais de Monte Pascoal, Pau Brasil e RESEX - Reserva Extrativista Marinha de Corumbau; Governo da Bahia – SEMARH (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – SFC Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação / APA Caraíva Trancoso; SRH – Superintendência de Recursos Hídricos); Prefeitura de Porto Seguro – Secretaria de Meio Ambiente; Prefeitura de Itabela – Secretaria de Meio Ambiente; CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; IGC UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais; LERF – ESALQ – Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, CEFET BA – Centro Federal de Educação Tecnológica de Eunápolis.

Parceiros da Iniciativa Privada: VERACEL Celulose; COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia; SETE Soluções e Tecnologia Ambiental; ORBIS – Cidade e Meio Ambiente; DAM Projetos de Engenharia; QUEBRA POTE Condomínio Florestal; AGROTERRA.

Datas de início e término do projeto: 1 setembro a 31 agosto 2006

Data de conclusão deste relatório final (mês/ano): dezembro/2006

II. OBSERVAÇÕES INICIAIS

Forneça qualquer observação que possa ajudar na revisão deste relatório.

Por trás do objetivo geral e dos produtos apresentados existe uma anterior intenção coletiva de estruturar um sistema de planejamento e gestão ambiental de escala regional — ou, em outras palavras, um *sistema de governo* — baseado no conceito de gestão pública compartilhada. Tal conceito se apóia na idéia de integração em rede das ações do poder público, iniciativa privada, organizações ambientalistas e comunitárias em torno de objetivos construídos a partir de *consensos revelados* — no caso, *cuidar das águas através da reposição de florestas*, estendido posteriormente para *formação de um mini-corredor entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil*, através de conexões florestais pelos vales dos rios. Na base deste *sistema de governo* se consolida um amplo movimento de cidadania, protagonizado por cidadãos locais de todas as organizações sociais, públicas e privadas envolvidas no projeto, que serve como principal meio de sustentação social e política para permanência e ampliação dos processos de recuperação ambiental da região.

Também é relevante destacar o advento de uma quebra do orçamento original, em mais de 20%, causada pela inesperada apreciação do Real frente ao Dólar no período do projeto. Esta perda orçamentária, apesar de parcialmente compensada por outras fontes de financiamento, resultou em cortes de investimentos e custeio, causando impacto considerável em alguns resultados inicialmente projetados.

III. ALCANCE DO OBJETIVO GERAL DO PROJETO

Objetivo Geral do projeto: Implementar sistema sustentado de recuperação ambiental permanente e gestão coletiva da paisagem operado por cidadãos da bacia do Rio Caraíva, na Costa do Descobrimento.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

Indicadores do Objetivo Geral:	Resultados obtidos:
1. Sistema de conhecimento (mobilização, comunicação, planejamento e gestão) implementado com participação proativa de cidadãos da bacia: 16 agentes moradores capacitados para atuar nas atividades de levantamento de dados, elaboração de diagnósticos e propostas, obtenção, manipulação e comunicação de dados georeferenciados.	21 agentes locais capacitados para gestão do sistema de conhecimento, sendo 6 em Itabela, 6 em Nova Caraíva e 9 em Caraíva.

2. 60 propriedades rurais disponíveis para atividades de recuperação ambiental.	18 áreas em recuperação (plantios já efetivados); 57 propriedades rurais disponíveis para atividades de recuperação ambiental (respostas positivas no censo); 25 termos de compromisso já assinados.
3. Florestas nativas repostas com participação proativa de cidadãos da bacia: 60 moradores organizando e participando de mutirões de plantio e manutenção de mudas nativas.	Florestas nativas repostas com participação habitual de cidadãos da bacia: 20 cidadãos na organização, mais de 180 participantes de mutirões para reposição de florestas na bacia.
4. Atividades de recuperação ambiental na bacia protagonizadas por proprietários e produtores rurais: 10 experiências de disponibilização de recursos, cessão de terras para restauração de florestas nativas ou criação de RPPNs.	9 proprietários (além da Veracel) protagonistas em reposição de matas com recursos próprios; 1 proprietário (além da Veracel) planejando criação de RPPN.
5. Comitê de Bacia implementado por cidadãos moradores, proprietários, empreendedores, representantes de organizações governamentais e do terceiro setor: mínimo de 2 representantes de cada setor (cidadania organizada, usuários de água para fins econômicos, poder público estadual e municipal) atuando nos processos de criação e institucionalização do Comitê de Bacia, até a conclusão.	Comitê não implementado formalmente, apesar de atuação prática efetiva: rede de cidadãos, empresas, poder público estadual e municipal, organizações comunitárias e ambientalistas com ações integradas de gestão compartilhada da bacia.
6. Fragmentos de mata atlântica conectados e protegidos - mini corredor do Jambreiro: conexão "umbilical" dos Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil por matas ciliares (ou matas de topo), protegidas em comum acordo com os proprietários das terras onde serão plantadas, até a conclusão.	Fragmentos protegidos nos Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil ainda não conectados: mini-corredor planejado, conexões florestais já desenhadas e combinadas com proprietários no caminho prioritário do mini-corredor.
7. Cobertura florestal ampliada para disponibilização de maior quantidade e qualidade das águas na bacia: 200 ha - aproximadamente 0,2% do território da bacia - plantados em fundos de vale (matas de galeria em encostas e faixas de domínio de cursos d'água) e áreas de recarga (matas de topo e reservas legais de propriedades rurais) até a conclusão.	39 ha de plantios efetivados; 107 ha com processo de restauração iniciados.
8. Grupos voluntários de combates ao fogo	1 grupo, já existente, em atuação.

atuantes em prevenção/redução de queimadas e incêndios florestais (4 grupos até a conclusão).	
9. Impactos ambientais existentes identificados e equacionados: 100% das fontes de impacto ambiental (poluição de águas, solos e ar, erosão etc.) identificadas, mínimo de dois projetos de erradicação/mitigação (controle de resíduos sólidos, saneamento, controle de erosão etc.) incluindo orçamento e identificação de fontes de recursos, elaborados até a conclusão.	Impactos identificados, orçamentos elaborados, fontes de recursos identificadas; 6 projetos elaborados (Petrobrás Ambiental, Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fundo Nacional de Defesa de Direitos Difusos, Banco Mundial, Veracel e COELBA), 2 aprovados (Veracel e COELBA).
10. 2 experiências em empreendimentos sustentáveis (ou interrupção/substituição de atividades econômicas predatórias na bacia) planejadas até a conclusão.	2 empreendimentos sustentáveis em operação: Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica e 2 viveiros de mudas nativas (em Itabela e Trancoso). Terceiro viveiro planejado para Nova Caraíva.
11. Maioria da população da bacia (51% dos cidadãos residentes) com conhecimento sobre a biodiversidade da região e opinião positiva sobre reposição da Mata Atlântica na bacia.	Pesquisa com toda a população não executada. Pesquisa com 93 proprietários rurais (sem contar a Veracel) obteve 57 respostas positivas sobre interesse de apoio ao projeto através de cessão de terras para reposição de florestas (61,3% do total)

Descreva o sucesso do projeto no alcance do objetivo, do impacto previsto e dos indicadores de desempenho.

Se o *objetivo geral* sintetiza uma vontade de constituição de um *alicerce* firme para continuidade da recuperação ambiental na bacia, é possível afirmar que, ao final do prazo deste projeto, o aspecto da *sustentação e permanência* do processo está mais bem realizado que o da *recuperação ambiental* propriamente dita, uma vez que os resultados que se referem à *sustentação social e política* do movimento parecem vir em números muito melhores que aqueles que se referem à *eficácia* do processo.

Algumas das metas do objetivo geral se revelaram extremamente ambiciosas para o prazo de 24 meses (caso dos indicadores 6, 7, e 11). Outras, talvez, pudessem ser alcançadas caso não houvesse a quebra de orçamento em virtude da apreciação cambial do Real frente ao *Dólar* no período. Os resultados dependentes de outros atores, tal como previsto no indicador 5, têm boas chances de serem alcançados ainda em 2007. Em relação ao indicador 6 consideramos o detalhamento do desenho do mini-corredor em toda sua extensão, além do início de processos de restauração mais significativos (maior escala e tecnologia mais avançada) são sinais extremamente positivos que surgiram ao final do projeto financiado pelo CEPF.

Os principais impactos previstos — o surgimento de uma rede de cidadãos e organizações atuando integrados em processos de reposição de florestas, a mudança de mentalidade em relação à biodiversidade, o surgimento de oportunidades de trabalho e geração de renda vinculadas à recuperação ambiental e a ampliação do horizonte de expectativas de cidadãos locais — parecem ter se realizado, podendo ter sua efetividade melhor avaliada nos próximos dois anos.

Houve algum impacto não previsto (positivo ou negativo)?

O maior impacto não considerado talvez tenha sido o da efetiva inclusão digital de boa parte da população de Caraíva e Nova Caraíva, em virtude da estrutura de computadores e Internet via satélite. Logo nas primeiras semanas, após a montagem da estrutura na sede da ANAC, com duas estações de trabalho novas e mais duas compostas por equipamentos antigos doados, foram oferecidos cursos gratuitos de informática básica para cerca de 60 pessoas da comunidade, que passaram a fazer uso freqüente do serviço da Internet, oferecido aos nativos a preço de custo (energia e manutenção), na sede de sua associação. Posteriormente novos cursos (desta vez pagos diretamente ao instrutor, morador de Caraíva) foram oferecidos para interessados da comunidade, ampliando o número de pessoas com acesso à Internet na cidade. Nas *temporadas* do turismo, os serviços eram oferecidos aos visitantes, gerando recursos complementares para manutenção da estrutura. Professores da rede pública também ganharam direito, sem custos, de utilização da estrutura montada para as atividades regulares da escola. Esta abertura certamente contribuiu para o elevado índice de apoio que o projeto alcançou junto à população de Caraíva e Nova Caraíva. Hoje é comum a utilização quotidiana de Rede na sede da ANAC, principalmente pela população mais jovem e crianças.

Outro resultado, embora originado de uma demanda previsível, não havia sido inicialmente planejado no projeto: a criação de uma cooperativa de trabalho, que tornasse regulares as relações de trabalho e prestação continuada de serviços frente à

legislação trabalhista e previdenciária. A Cooperativa de Trabalho de Reflorestadores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (COOPLANTAR) veio a ser efetivamente criada quase ao final do projeto, com forte apoio das organizações parceiras, em virtude da dúvida sobre a viabilidade de sua continuidade após o prazo do financiamento inicial do CEPF. A explicitação, por parte da Veracel, tanto de seu compromisso com o Banco Mundial (reposição de 400 ha de florestas nativas por ano), quanto do interesse em projetos de mitigação de eventuais impactos socio-ambientais de suas atividades, funcionou como *gatilho* para a mobilização dos agentes locais.

Alguns impactos positivos eram esperados em escala menor. Houve surpresa, por exemplo, quanto à magnitude do apoio de pessoas, especialmente proprietários rurais, a respeito da preservação de biodiversidade e restauração de florestas em suas propriedades. Muito deste impacto pode ser creditado à utilização da metodologia de *pesquisa-ação participativa*, estratégia em que os próprios agentes locais são os responsáveis por todos os contatos, conversas e entrevistas com os fazendeiros. Da mesma forma houve surpresa em relação à quantidade de agentes locais que passaram a considerar atividades de recuperação ambiental como oportunidade profissional e alternativa de auto-sustentação econômica das comunidades. A efetividade e qualidade da participação de agentes locais em Conselhos Gestores de unidades de conservação da região, mesmo que não possa ser totalmente creditada ao projeto, se revela como outro impacto não previsto.

Outra surpresa positiva foi a inclusão e participação, nos processos e resultados, de trabalhos acadêmicos que terminaram por cumprir papel importante nas decisões tomadas pelos agentes locais. Além de uma monografia (sobre Uso do Solo nas sub-bacias prioritárias) e uma dissertação (sobre Gestão Compartilhada da Bacia), ambas desenvolvidas no IGC UFMG, abordando e trazendo recursos complementares para o projeto, outros pesquisadores têm demonstrado interesse no desenvolvimento de pesquisas abordando a experiência que se realiza na bacia.

Chamou atenção também o impacto positivo, em uma pequena economia fortemente condicionada pela sazonalidade do turismo, como é o caso de Caraíva e Nova Caraíva, do aporte de cerca de R\$ 120.000, fora da temporada de verão, ao longo dos últimos dois anos. Boa parte destes recursos foi utilizada para remuneração de agentes locais (*nativos* em sua maioria), envolvidos nas diversas atividades do projeto — coleta de sementes, plantio e manutenção de florestas, pesquisas de campo, mobilização social, administração e operação do escritório, planejamento e gestão do projeto.

Por outro lado pode-se considerar como resultado negativo inesperado (apesar de também não poder ser totalmente creditado a este projeto) o exacerbamento das disputas políticas pelas associações comunitárias locais, hoje mais bem equipadas e com razoável possibilidade de auto-sustentação financeira. A radicalização das disputas políticas chegou a causar momentos de menor eficácia dos agentes do projeto, impacto que deve ser considerado também para continuidade do processo de recuperação ambiental da região.

IV. PRODUTOS DO PROJETO

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 1: Movimento de Cidadania: sistema de comunicação e mobilização social permanente operado por cidadãos locais.	Movimento de Cidadania efetivo, em processo de ampliação, operado com participação de agentes locais como protagonistas.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
1.1. Reuniões realizadas, compromissos e convênios firmados. (mês 2)	Compromissos firmados com Flora Brasil, I BIO, PRESERVA, IGC UFMG, Veracel, COELBA, COOPANTAR, SENAR, Sindicato Rural de Itabela, COPERSUBA, SFC/APA Caraíva Trancoso, SRH BA, Prefeituras de Itabela e Porto Seguro.
1.2. Cidadãos chave identificados e empoderados, intenções e níveis de apoio mapeados, 240 visitas efetuadas	21 agentes locais protagonistas na gestão do projeto (Itabela, Caraíva e Nova Caraíva); cidadãos chave identificados em Monte Pascoal, Montinho e Barra Velha. 109 visitas a proprietários rurais realizadas; níveis de apoio mapeados no caminho prioritário do mini-corredor.
1.3 2 estações de trabalho fixas implantadas: mobiliário e equipamentos instalados em Itabela e em Caraíva, em sedes de organizações parceiras (mês 2).	2 escritórios operantes, com infraestrutura de informática e Internet, nas sedes da ANAC, em Caraíva e Natureza Bel, em Itabela.
1.4 Web-site em operação (mês 2).	Web-site operante (www.riocaraiva.org.br)
1.5 Cidadãos capacitados para operação das estações de trabalho fixas: 4 agentes locais (mês 3).	5 agentes locais capacitados (1 em Caraíva, 4 em Itabela)
1.6 Material distribuído: (12.000 panfletos, 500 cartazes, meses 4, 5, 6, 17e 18).	1100 panfletos, 340 cartazes distribuídos
1.7 Visitas realizadas (2 estações de rádio e 2 jornais locais visitados, meses 4, 5, 6, 17e 18)	Reportagens na <i>Rádio Cidade</i> (Itabela), jornais <i>O Solo</i> (Porto Seguro), <i>Opinião</i> (Eunápolis) e <i>Informativo Veracel</i> e uma revista nacional (<i>Horizonte Geográfico</i>)

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 2: Sistema de planejamento e gestão da paisagem operado por cidadãos locais.	Sistema de Planejamento e Gestão parcialmente operado por agentes locais.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
2.1 Projeto detalhado do sistema (mês 3), sistema operante (mês 6), sistema maturado/consolidado (mês 18)	Sistema operante, em consolidação.
2.2 Agentes selecionados/ capacitados para registrar dados georeferenciados e repassar para as estações fixas (mês 6).	Agentes capacitados para registrar dados georeferenciados em campo, não capacitados para inserção nas estações de trabalho.
2.3 Diagnóstico/modelos elaborados com participação ativa de agentes locais (mês 4).	Diagnóstico Propositivo realizado (Anexos 1 e 2) Modelos de recuperação desenhados e, posteriormente, aperfeiçoados.
2.4 240 visitas efetuadas (mesmas do produto 1), censo realizado (até mês 24)	109 visitas realizadas Censo parcialmente realizado
2.5 Plano elaborado por agentes do Movimento de Cidadania e representantes do Comitê de Bacia (a partir do mês 21).	Planejamento do mini-corredor Monte Pascoal - Pau Brasil elaborado com participação de cidadãos das organizações parceiras (eventuais membros futuros do Comitê de Bacia)
2.6 Pesquisa de opinião para avaliação de resultados do projeto realizada (amostra: 380 indivíduos).	Realizada apenas com proprietários rurais (93 proprietários pesquisados)

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 3: Programa de Educação Ambiental: palestras, cursos e oficinas para agentes locais.	Programa de Capacitação e Educação ambiental efetivo, ampliado e contínuo: 25 cursos / oficinas realizados.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
3.1 Conteúdos organizados (meses 4 e 16).	Conteúdos organizados; novos cursos organizados para atendimento de demandas não previstas.
3.2 Divulgação, espaços, horários, alimentação e transporte de alunos garantidos (meses 6 e 18).	Divulgação e infra-estrutura garantidas.
3.3 Exposições introdutórias apresentadas nos encontros, 30 agentes locais inscritos (meses 4, 6, 16 e 18).	150 participantes no 1º Encontro em Caraíva 80 participantes no 2º Encontro em Monte Pascoal 119 participantes no 3º Encontro em Itabela
3.4 Cursos/oficinas para agentes ambientais realizados: 24 agentes formados (meses 7/8/9 e 19/20/21).	23 cursos e realizados, para cerca de 420 pessoas: informática básica, operação de GPS, produção de mudas, associativismo, cooperativismo, elaboração de projetos, gestão pública compartilhada, apicultura, meliponicultura, doces e compotas, tratorista, mecânica de motores a diesel, fruticultura, administração rural, avicultura, agroecologia, enxerto e poda de cacaueteiro, restauração florestal; coleta e manejo de sementes nativas, manutenção de florestas nativas, combate a formigas, aplicação de herbicidas.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 4: Sistema de produção e distribuição de mudas de espécies nativas.	Sistema de coleta de sementes, produção e distribuição de mudas operante.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
4.1 áreas doadoras disponibilizadas (mês 2).	Áreas doadoras de sementes disponíveis
4.2 4 trabalhadores treinados (mês 3).	12 trabalhadores capacitados para coleta e manejo de sementes
4.3 Material, veículo e equipamentos adquiridos (mês 1), sistema informatizado de controle implantado (mês 4).	Veículo e equipamentos adquiridos, sistema informatizado de controle não implementado.
4.4 2 trabalhadores treinados (mês 3), viveiro instalado e operante (mês 6)	12 trabalhadores treinados; 2 viveiros instalados e operantes em Itabela e Trancoso; 3 viveiros em implantação no território Pataxó; 1 viveiro especializado em coleta de plântulas nas florestas de eucalipto planejado em Nova Caraíva.
4.5 Mudas produzidas e distribuídas: 100.000 mudas ano 1, 200.000 mudas ano 2.	144.000 mudas produzidas, 64.000 mudas distribuídas.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 5: Sistema de plantio e manutenção de florestas nativas	Sistema de Restauração Florestal operante
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
5.1 20 profissionais e voluntários interessados capacitados para plantio e manutenção de florestas nativas (mês 3 e 4).	27 profissionais cooperados capacitados para restauração florestal (condução de regeneração, plantios complementares e manutenção de florestas nativas)
5.2 áreas definidas, fotografadas/registradas com GPS, número de mudas definidos, datas combinadas (mês 4).	áreas definidas, fotografadas/registradas com GPS, número de mudas definidos, datas combinadas, 15 plantios experimentais realizados.
5.3 Recursos materiais equacionados: transporte de mudas e pessoal, equipamentos e alimentação disponível (mês 4)	Recursos materiais equacionados: transporte de mudas e pessoal, equipamentos e alimentação disponível em todos os plantios realizados.
5.4 27.500 mudas distribuídas para proprietários rurais, 25 ha de novas matas plantadas por iniciativa dos proprietários (mês 4 até o fim).	11.000 mudas distribuídas, 9 ha recuperados por iniciativa dos proprietários
5.5 165.000 mudas plantadas por trabalhadores do projeto, 150 ha de áreas recuperadas (mês 4 até o fim).	29.600 mudas plantadas — 26 ha; + 107 ha iniciados com novo modelo de recuperação (tecnologia do LERF ESALQ ¹) em janeiro de 2007
5.6 20 Mutirões realizados, 60 cidadãos atuantes, 27.500 mudas plantadas, 25 ha de áreas recuperadas (mês 4 até o fim).	4 mutirões realizados, 4.900 mudas plantadas, 4,5 ha plantados em mutirões.
5.7 Índices de sobrevivência e crescimento de mudas registrados, replantio/manutenção efetuados (mês 7 até o fim).	Índices de sobrevivência registrados; Índices de crescimento não registrados; Manutenções parcialmente efetuadas.

¹ LERF ESALQ – Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Desempenho Planejado X Desempenho Real

PRODUTO 6: Comitê de Bacia - encontros para discussão, organização de ações e criação do comitê.	Comitê não implementado. Rede de organizações com atuação integrada e efetiva na gestão da bacia.
Indicadores dos Produtos	Resultados obtidos
6.1 8 cidadãos organizando encontros locais; espaço, transporte e alimentação garantidos (meses 2/14).	62 cidadãos de Caraíva, Nova Caraíva e Itabela participaram na realização de 3 encontros
6.2 4 encontros locais preparatórios realizados (2 em Caraíva, 2 em Monte Pascoal, meses 4 e 16).	3 encontros locais preparatórios realizados em Caraíva, Nova Caraíva e Monte Pascoal
6.3 1 e 2o. Encontros de Cidadãos da Bacia do Rio Caraíva realizados (meses 6 e 18).	1°, 2° e 3° Encontros de Cidadãos da Bacia do rio Caraíva realizados: abril de 2005 em Caraíva; agosto de 2005 em Monte Pascoal agosto de 2006 em Itabela.
6.4 Agenda de Ação Integrada gerada a partir dos encontros de cidadãos da bacia.	Agenda em elaboração permanente
6.5 Fundação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Caraíva (mês 18).	Não implementado. Rede de organizações cumprindo, na prática, papel do Comitê.
6.6 Membros do Comitê de Bacia capacitados: repasse dos instrumentos de planejamento e gesto (mês 24).	Agentes locais capacitados parcialmente para operação do sistema de gestão e planejamento.

Descreva o sucesso do projeto com relação à execução e finalização dos produtos previstos.

Não se pode afirmar que os produtos tenham sido entregues completamente concluídos, se considerarmos todos os indicadores definidos para o período do projeto. À exceção do produto 3, cujos resultados ultrapassaram em muito as previsões iniciais em todos os indicadores, os demais produtos configuram uma imagem de sucesso parcial do projeto no presente e expectativa de grande sucesso em curto prazo.

A positividade dos dados relativos à mobilização social, explicitados na maior parte de indicadores do **Produto 1**, confirmam as boas chances de continuidade sustentada do Movimento de Cidadania para recuperação ambiental da bacia. O sucesso alcançado na articulação da rede de cidadãos e organizações, comprometidos com atuação integrada para restauração de florestas e formação de corredores, talvez seja o resultado estratégico mais importante do projeto nestes primeiros anos. Por este motivo, a consolidação e fortalecimento desta rede passam a ser, também, o maior desafio para cidadãos e organizações atuantes no projeto. Os resultados qualitativos da *articulação institucional* do movimento (ver Apêndice 1) confirmam os bons números dos indicadores: não houve descontinuidade de atuação ao final do período financiado graças a recursos trazidos para a bacia do rio Caraíva por organizações parceiras, que continuam a atuar de tal forma que podem transformar o processo coletivamente construído como piloto nesta bacia em exemplo para reedição em toda região.

Boa parte do sucesso alcançado se deu em virtude do protagonismo de agentes locais, indício de que se apropriaram bem de instrumentos de planejamento necessários a um processo eficaz de gestão pública compartilhada, tal como previsto no **Produto 2**. Apesar da participação destes agentes desde a elaboração do Diagnóstico (Anexos 1 e 2) — ou antes ainda, na elaboração do projeto, o repasse de todos os instrumentos de planejamento territorial, no entanto, se revelou uma meta muito ambiciosa para o prazo de 24 meses. Alguns agentes se capacitaram, por exemplo, para registro de dados de campo em GPS, mas a interpretação e manipulação destes dados em sistemas georeferenciados, demandam maior conhecimento especializado. Quando estes surgiram, com a oportunidade da monografia desenvolvida por Flávia Chaves (2005) no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, não havia tempo hábil e recursos disponíveis para repasse destes conhecimentos para agentes locais. Já o número menor de visitas em relação ao previsto no indicador 2.4, não é sinal de insucesso, pelo contrário: em virtude da boa receptividade e das grandes expectativas geradas pelas visitas e conversas entre os agentes do projeto e proprietários rurais, houve decisão de interrupção temporária de novos contatos com os fazendeiros até que houvesse melhores condições de suprir as demandas já levantadas, muito superiores à capacidade de atendimento atual. As pesquisas do censo ambiental, portanto, passaram a focar principalmente o caminho prioritário escolhido pelos agentes locais para o mini-corredor Monte Pascoal - Pau Brasil. Da mesma forma todo o esforço de planejamento, previsto no indicador 2.5, passou a se direcionar para o detalhamento deste mini-corredor, principalmente nas sub-bacias do rio Jambreiro e Capoeira, gerando um plano de ação em constante processo de revisão, sintetizado em arquivo eletrônico para permanente apresentação em público (Apêndice 2).

Os resultados do processo de *auto-capacitação* dos agentes locais, previsto no **Produto 3**, superam, em muito, as metas previstas, que, neste caso, se revelaram até pouco ambiciosas para a demanda verificada e oferta disponível. Recursos humanos e financeiros complementares, advindos do SENAR — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — através do Sindicato Rural de Itabela e intermediados pelo Grupo Natureza Bela, bem como das outras organizações parceiras (I BIO, Conservação Internacional, Veracel, The Nature Conservancy), também contribuíram fortemente para o grande sucesso deste programa específico. Como resultado observado (mas não previsto) passa a ser notável a qualidade e efetividade da participação de agentes do projeto nos conselhos gestores das unidades de conservação e reuniões de organizações ambientalistas na região (RESEX Corumbau, APA Caraíva Trancoso e Parque Nacional do Pau Brasil).

Nota-se que, em relação ao **Produto 4**, as metas previstas para produção e distribuição de mudas claramente não foram alcançadas. Neste caso, não houve, no entanto, ambição exagerada das metas, uma vez que existe real demanda para um número muito superior ao estipulado como meta para mudas de nativas produzidas. A maior parte das mudas utilizadas no projeto foram produzidas pelo viveiro de Itabela, gerido pelo Natureza Bela, que se mostrou capaz de atendimento no que se refere ao número de mudas, apesar da necessidade de maior garantia da diversidade de espécies demandada por processos mais eficazes de restauração florestal.

Os resultados relativos ao plantio e à manutenção das florestas nativas, previstos no **Produto 5** (Anexos 3 e 4), foram os que talvez tenham sofrido o maior impacto ocasionado pela quebra de orçamento verificada no período, uma vez que tais atividades demandam investimentos de monta, ainda subestimados quando da elaboração do projeto — cerca de R\$ 5.685/ha, ou US\$ 2.650/ha na região, sem contar com eventual necessidade de cercamento em áreas de pecuária. A negociação fechada com a Veracel para financiamento, com recursos próprios, da restauração de 107 ha de mata nativa pela COOPLANTAR no caminho prioritário do mini-corredor Monte Pascoal Pau Brasil, abre a possibilidade de aproximação (ou mesmo alcance, em caso de novos projetos e contratos em negociação) da meta de reposição florestal prevista no indicador 5.5 já no primeiro semestre de 2007.

A formação de uma rede de organizações comunitárias e ambientalistas, atuando de forma integrada com representantes do poder público e da iniciativa privada para recuperação de florestas e proteção das águas, adianta, na prática, as principais ações futuras de um Comitê de Bacia institucionalizado (a ser constituído legalmente por iniciativa do Governo do Estado), tal como previsto para o **Produto 6**. Boa parte deste resultado se deve ao sucesso dos Encontros de Cidadania realizados, que serviram para conhecimento das diversas organizações e integração dos projetos em andamento na região. A participação de vários agentes locais nos Comitês Gestores de Unidades de Conservação em torno da bacia do rio Caraíva (RESEX Corumbau, APA Caraíva Trancoso e Parque Nacional do Pau Brasil) certamente contribuirá para a criação do Comitê de Bacia, assim que houver sinalização positiva da Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia neste sentido.

Houve algum produto não concluído? Em caso positivo, como isso afetou o impacto geral do projeto?

Assim como não se pode afirmar que os todos os produtos tenham sido entregues concluídos, tampouco se pode dizer que algum não tenha sido entregue de forma alguma, a exceção, talvez, do **Produto 5**, em que os resultados vieram em nível inferior ao da quebra orçamentária. Em cada um dos demais (à exceção do produto 3) encontramos tanto expectativas iniciais ultrapassadas quanto resultados muito aquém do previsto em vários indicadores. Mesmo nos casos de sucesso é possível considerar que este poderia ser maior se alguns resultados previstos tivessem sido alcançados.

No caso do **Produto 1**, por exemplo, a inexistência de um sistema de comunicação social eficaz impediu que os limites impostos pela falta de infra-estrutura de telecomunicações nos núcleos urbanos da bacia (telefonia fixa e Internet de baixo custo) fossem superados. A ausência de meios de comunicação efetivos entre os agentes do projeto e cidadãos de outros lugares foi um fator limitante para o aprofundamento do Movimento de Cidadania na bacia. Da mesma forma a ineficácia do web site criado como canal de comunicação externa, se não impediu a ampliação deste Movimento, devido à inclusão de outras organizações para atuação integrada, certamente limitou possibilidades para ampliação da mobilização nas bacias vizinhas, bem como a atração de novos recursos, em velocidade maior da que hoje se verifica.

A inexistência de um banco de dados georeferenciados em operação, tal como previsto no **Produto 2**, constitui também um fator limitante para os processos de planejamento dos processos de restauração florestal no mini-corredor Monte Pascoal Pau Brasil no futuro, apesar de não ter impedido uma primeira versão do desenho do mini-corredor, graças a outros recursos integrados (a já citada monografia de Flávia Chaves — Anexo 7). A ausência da pesquisa de opinião entre a população neste momento não trouxe nenhum impacto geral significativo do projeto, uma vez que a opinião de um público estratégico para o projeto foi levantada com sucesso — os proprietários rurais do caminho prioritário no mini-corredor.

A estratégia de implementação dos pequenos viveiros no Território Indígena Pataxó, prevista no **Produto 4**, não obteve sucesso, em função da interrupção dos aportes de recursos federais esperados pela Flora Brasil para implementação dos mesmos. Algumas doações da Veracel e CEPLAC (cerca de 7.000 mudas) não foram suficientes para suprir o grande *déficit* de mudas nativas na região, cuja oferta tem sido desproporcionalmente inferior à demanda por parte dos proprietários. Tampouco os viveiros implementados em Itabela e Trancoso têm sido capazes de atender os processos de restauração florestal no que se refere à diversidade de mudas.

Os indicadores do **Produto 5** apresentam a maior diferença negativa entre o desempenho planejado e o realizado, em todas as modalidades de restauração previstas — mutirões, contratações de profissionais e utilização de recursos próprios dos proprietários, com claros impactos nos resultados gerais de recuperação florestal pretendidos. O acompanhamento técnico dos plantios também demonstrou que a metade dos proprietários rurais não implementou as atividades de manutenção conforme combinado com os agentes locais. O impacto negativo deverá ser revertido em 2007, através dos processos de início da restauração em áreas da Veracel e da correção dos plantios já efetuados, com tecnologia do LERF – ESALQ.

O modelo de implantação dos Comitês de Bacia pelo Estado da Bahia induziu a substituição da idéia original, de formação do comitê de bacia do rio Caraíva prevista no

Produto 6, pela criação de uma *comissão gestora* da bacia, que integraria o futuro Comitê de Bacias do Extremo Sul da Bahia. Em virtude da metodologia proposta pelos representantes da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado (que propunha a formação prévia de uma associação de usuários de água como pré-requisito do Comitê), nem mesmo esta comissão chegou a ser implantada, o que não provocou impactos negativos, uma vez que boa parte das funções do futuro Comitê tem sido implementada pela rede de organizações para atuação integrada na bacia.

V. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA

Forneça um resumo da implementação das ações requeridas para a política de salvaguarda ambiental e social no âmbito do projeto.

O projeto não trouxe impactos adversos significativos em relação a aspectos ambientais, bem como aqueles relativos à saúde humana e segurança na região. Vale, no entanto, ressaltar os impactos positivos advindos da implementação do projeto, resultados que tampouco foram previstos na elaboração do projeto.

Se os primeiros plantios foram efetuados em acordo com costumes e regimes de trabalho correntes na região, a criação da Cooperativa de Trabalho traz como novidade a regularização das relações de prestação de serviços em acordo com a legislação trabalhista e previdenciária brasileira, levando para um patamar superior as formas de contratação em uso na bacia. Todas as atividades de recuperação ambiental seguirão o padrão negociado para os processos de restauração florestal nas terras da Veracel — transporte regular em relação à segurança dos trabalhadores, alimentação de qualidade no campo, cestas básicas de alimentos para as famílias dos cooperados, equipamentos de proteção e segurança para todas as atividades de campo, seguro de saúde e vida para os trabalhadores, além dos encargos trabalhistas e previdenciários previstos na legislação. Também os fundos previstos no Estatuto da COOPLANTAR (Anexo 6) injetam recursos para investimento no desenvolvimento comunitário das comunidades envolvidas, tais como educação cooperativista e alfabetização de adultos.

Em relação ao patrimônio público — cultural e ambiental — o projeto traz impactos positivos consideráveis, uma vez que a região do projeto se insere no Sítio do Patrimônio da Humanidade definido pela UNESCO. As atividades de formação do minicorredor entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil só tendem a fortalecer as intenções de preservação da biodiversidade na região. Vale ressaltar ainda que vários membros da comunidade Pataxó tiveram atuação efetiva como agentes do projeto, assim como participaram do processo de criação da COOPLANTAR. Desta forma é possível imaginar que os trabalhos de recomposição florestal no território Pataxó de Barra Velha venha a trazer benefícios diretos para membros desta comunidade indígena, da mesma forma que as atividades atuais já beneficiam membros da comunidade tradicional de pescadores de Caraíva, assim reconhecidos no âmbito da RESEX Corumbau.

VI. LIÇÕES APRENDIDAS DO PROJETO

Descreva as lições aprendidas durante as diversas fases do projeto. Considere as lições para futuros projetos, bem como para o desempenho futuro do CEPF.

Como era de se esperar, muitas são as lições aprendidas em dois anos de trabalho intensivo com agentes de lugares e culturas diferentes, que nunca haviam atuado juntos. Limitamos o relato a algumas *lições estratégicas*, pela impossibilidade de listar todas as que foram efetivamente aprendidas por todos neste projeto.

A lição principal confirma aposta da visão apresentada logo na primeira carta de intenções: a permanência de processos de recuperação ambiental exige ampliação da base de sustentação social e política em escala regional. Para além das organizações ambientalistas e do poder público, deve estar reservado o papel de protagonista também para os cidadãos locais, habitantes e proprietários, condição sem a qual os ganhos eventualmente conquistados permanecem sob constante risco de reversão.

A delegação de poder aos agentes locais pressupõe, primeiro, confiança incondicional no outro, além de confiança na existência de saberes e competências locais de grande valor, na capacidade de discernimento de cada um, por maior que seja a diferença entre formas locais e externas de pensamento e ação. Esta confiança deve ser acompanhada de atitude crítica e criativa generalizada, na tentativa de construir um equilíbrio eficaz entre organização formal e informal, tradição e inovação, competências locais e externas, saberes do lugar e saberes da ciência. Nem sempre este equilíbrio se revela a primeira vista, o que exige atenção e diálogo constante entre todos os agentes, visando à superação dos gargalos que obstruem os fluxos de pensamento e ação.

Fase de desenho do projeto (aspectos do desenho do projeto que contribuíram para seu sucesso ou fracasso):

A estratégia de desenhar o projeto costurando vontades e idéias já existentes na região, em torno de uma síntese consensual revelada em cada conversa, certamente contribuiu para o que se alcançou de sucesso neste projeto. A efetiva inclusão das propostas dos diversos atores — moradores de Caraíva, Nova Caraíva e Itabela, proprietários rurais, cidadãos atuantes no poder público, na iniciativa privada, nas organizações locais e ambientalistas presentes na bacia — adiantou no tempo a articulação social necessária para sustentação dos processos de recuperação ambiental hoje em andamento, ampliando as possibilidades de acerto na formação de um Movimento de Cidadania consistente.

Por outro lado o entusiasmo e otimismo necessários em um processo de mobilização social contaminaram o planejamento inicial, fazendo com que várias metas fossem excessivamente ambiciosas para o prazo do projeto, mesmo para o caso de que não houvesse qualquer redução orçamentária. Todos os dados disponíveis apontavam para custos de restauração florestal muito menores que os efetivamente praticados. Também contribuiu para alguns casos de insucesso parcial o desconhecimento da validade dos saberes locais em alguns temas para os quais o conhecimento científico disponível apontava para outros caminhos.

Fase de execução do projeto (aspectos da execução do projeto que contribuíram para seu sucesso ou fracasso):

Não apenas o processo de empoderamento (*empowerment*) de agentes locais se faz necessário. A vinculação de reais oportunidades econômicas à questão ambiental e a participação imediata destes agentes na distribuição de recursos e benefícios alcançados faz com que se supere uma desconfiança original presente em muitas opiniões locais: que os projetos são trazidos para que “pessoas de fora” ganhem dinheiro à custa dos “nativos”.

A existência de consensos revelados em diferentes públicos — neste caso, *cuidar das águas plantando florestas nas cabeceiras e beiras de rio*, gradativamente estendido para *conexões florestais em mini-corredores* — pressupõe uma forma de atuação radicalmente diferente da ação político-institucional, muito mais próxima das relações de confiança que se encontram nas amizades pessoais.

Para revelação e implementação de consensos, *peçoas* — ou melhor, *cidadãos* — são mais significativos e eficazes que *organizações e instituições*. Daí ser mais importante que a já imprescindível aliança entre organizações comunitárias, ambientalistas, do poder público e da iniciativa privada, uma aliança entre cidadãos de dentro e fora de todas estas organizações — uma rede de afeto e confiança entre pessoas comprometidas e animadas, de coração e mente, com os resultados consensuais desejados por todos.

Para implementação destes consensos boas combinações informais entre as pessoas parecem ser pré-condições para boas combinações formais entre as organizações. Neste caso somente a atuação horizontal em rede, onde autonomia e diversidade se opõem a qualquer intenção de centralização, controle ou manipulação, pode dar conta de criar novas realidades sem necessidade de explicitação da autoria ou da autoridade responsável.

A verdadeira atuação em rede multiplica resultados com os recursos disponíveis, promove encontros de saberes e direciona os novos conhecimentos para fins coletivamente desejados, tornando mais leves e contínuas as cargas inicialmente pesadas dos desafios futuros. O sucesso e a qualidade dos resultados alcançados neste projeto dependeram fortemente, em todas as situações, da inclusão e integração de novos agentes, novas organizações e novos recursos, apontando para necessidade de ampliação do Movimento de Cidadania e da Rede de Organizações se pretendemos maiores e melhores resultados daqui para frente.

VII. Financiamento Adicional

Forneça detalhes de outros doadores que ajudaram a financiar este projeto e qualquer financiamento adicional que tenha sido obtido como resultado do apoio do CEPF ou do sucesso deste projeto.

Doador	Tipo de Financiamento*	Quantia (R\$)	Comentários
Proprietários Rurais	A <i>Co-financiamento</i>	13.500,00	Plantios e manutenção com recursos próprios
I BIO Instituto BioAtlântica	A <i>Co-financiamento</i>	1.430,00	Estudo de Uso do solo das sub-bacias prioritárias
Conservação Internacional	A <i>Co-financiamento</i>	1.600,00	Viagem de agentes do projeto ao Instituto Terra
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	A <i>Co-financiamento</i>	10.500,00	14 Cursos intermediados pelo Sindicato Rural de Itabela/Grupo Natureza Bela
Veracel, Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e TNC	A <i>Co-financiamento</i>	53.000,00	Oficina de Restauração Florestal – LERF ESALQ
Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e TNC	A <i>Co-financiamento</i>	20.500,00	Curso de Sementes Florestais - RIOESBA
Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e TNC	A <i>Co-financiamento</i>	6.500,00	Apoio à elaboração do projeto de restauração florestal da COOPLANTAR
Instituto BioAtlântica, Conservação Internacional e CBC	A <i>Co-financiamento</i>	4.300,00	Apoio à formação da rede de instituições parceiras
ABAF — Associação Baiana de Florestas Plantadas	B <i>Financ. complementar</i>	4.500,00	Financiamento de viagens para fórum de diálogo entre ambientalistas e empresas florestais
COELBA	B <i>Financ. complementar</i>	85.000,00	Continuidade na bacia do Caraíva e ampliação do projeto para bacias do Mucugê e Rio dos Mangues
Veracel	B <i>Financ. complementar</i>	208.000,00	Contratação da COOPLANTAR para restauração de 107 ha
TOTAL		408.830,00	

*** Financiamento adicional deve ser descrito usando as seguintes categorias:**

A *Co-financiamento do projeto (Outros doadores que contribuíram para os custos diretos deste projeto financiado pelo CEPF).*

B *Financiamento complementar (Outros doadores que contribuíram para projetos de organizações parceiras relacionados a este projeto financiado pelo CEPF).*

C *Alavancagem de novos recursos pelo beneficiário ou pelos parceiros (Outros doadores que contribuíram ou contribuem para a sua organização ou uma organização parceira como resultado direto do sucesso deste projeto financiado pelo CEPF).*

D *Alavancagem Regional (Outros doadores que fizeram ou fazem investimentos substanciais em uma região como consequência do investimento do CEPF ou do sucesso relacionado a este projeto).*

Forneça detalhes sobre a continuação deste projeto e descreva como financiamentos adicionais já obtidos ou em planejamento vão assegurar a sustentabilidade do projeto.

A maior parte dos recursos adicionais obtidos na categoria de co-financiamento foi aplicada na consolidação da base de sustentação técnica para continuidade do projeto, principalmente nas atividades de capacitação de agentes locais, articulação da rede de organizações e criação da COOPLANTAR. Também o recurso negociado com a COELBA permitiu um fôlego extra para operação das organizações parceiras no segundo semestre de 2006, financiando viagens, encontros e manutenção dos escritórios, além de reforma nos viveiros (instalação de irrigação automática) e no caminhão (ampliação da carroceria). Para o ano de 2007 já COELBA acena com a extensão do apoio financeiro, com oferta de R\$ 90.000, para o qual as organizações gestoras elaboram um novo plano de trabalho que deverá atender as seguintes prioridades: 1. melhor qualidade no sistema de coleta de sementes, geração e distribuição de mudas: mapeamento de matrizes, sistematização dos processos e adequação dos viveiros ao uso de tubetes; 2. reedição da mobilização social e extensão do desenho do corredor Monte Pascoal – Pau Brasil para o norte, em direção às Estações Ecológicas Vera Cruz (Veracel) e Pau Brasil (CEPLAC); 3. elaboração de novos projetos para ampliação da escala de restauração e conexões florestais.

Já o recurso captado junto à VERACEL será totalmente aplicado nas atividades de restauração florestal, justamente a mais impactada pela perda cambial do projeto CEPF. Outro financiamento complementar está sendo previsto para intervenções corretivas e manutenção dos plantios já efetivados pela empresa por parte da COOPLANTAR. As negociações prosseguem com esta empresa na tentativa de concentração de todos os seus processos de restauração florestal nos caminhos prioritários definidos coletivamente para os corredores ecológicos na região. Isto significaria a implantação de 400 ha anuais de novas florestas nos mini-corredores prioritários, sem contar com a possibilidade de ampliação desta atividade. No âmbito do debate regional entre organizações ambientalistas e empresas de celulose, que hoje se desenvolve na região com patrocínio da ABAF — Associação Baiana de Florestas Plantadas, a rede de organizações parceiras se prepara, de forma integrada, para discussão do tema da *Eucaliptocultura em torno de Unidades de Conservação*, para o qual o tema de conexões entre florestas nativas estará em destaque.

A profissionalização de agentes do projeto, além da oferta de oportunidades sustentáveis de geração e distribuição de renda para novos agentes, é outro componente fundamental para garantia de continuidade da recuperação ambiental na região. A COOPLANTAR provavelmente passará a concentrar as atenções e recursos captados, quando o assunto se tratar de produção de mudas e restauração florestal. As demais organizações parceiras, além da captação de novos recursos para sustentação das atividades de restauração através da Cooperativa, ampliarão seus esforços para extensão dos corredores na região, incluindo novas organizações em rede e fortalecendo o movimento de cidadania na região. Espera-se que os novos projetos em elaboração sirvam também para alavancagem de recursos que permitam ampliação da escala de reposição florestal no Sítio do Patrimônio da Humanidade a Costa do Descobrimento.

VIII. COMENTÁRIOS ADICIONAIS E RECOMENDAÇÕES

Se as primeiras conversas que levaram ao experimento de gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva se deram em meados da década de 1990, os objetivos e metas alcançados atualmente através do Movimento de Cidadania, financiado pelo CEPF, devem ser considerados como passos iniciais de um processo contínuo. A própria intenção de permanência e sustentação, bem como a ambição das metas e o desafio de construção de viabilidade dos próximos passos apontam para uma longa caminhada, onde qualquer resultado deverá sempre ser considerado parcial, pela própria natureza deste processo.

Não se afirma, com isso, que a continuidade do movimento já esteja garantida, ao contrário. Sua sustentação — captação de novos recursos, expansão e aprofundamento do movimento de cidadania, consolidação e ampliação da rede de organizações para atuação integrada no extremo sul da Bahia, instituição do(s) comitê(s) de bacia e prosseguimento do processo de (auto)capacitação para planejamento e gestão territorial — continua colocada como grande desafio para os agentes do projeto, apesar das evidências de que o processo não será interrompido ao final do primeiro impulso desta que foi a primeira experiência articulada de gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva.

Há aqui uma clara necessidade de maior investimento nas atividades de comunicação social, condição indispensável para ampliação e eficácia do Movimento no futuro. A precária infra-estrutura atual de telefonia nos núcleos urbanos com maior número de agentes engajados no projeto — Caraíva e Nova Caraíva — em nada contribui para a eficácia demandada na comunicação interna, mas a questão não se esgota neste ponto: a visibilidade dos resultados alcançados, bem como dos conceitos e métodos praticados, para dentro e fora da região, determina fortemente a velocidade de reedição do processo em escala regional. Esta questão da comunicação deverá também encontrar resposta adequada com a profissionalização desta atividade no âmbito dos projetos de recuperação ambiental da região.

Outra questão ainda não resolvida é a de demonstrar vantagens econômicas claras para os proprietários rurais que protegem ou recuperam suas florestas nativas. Este desafio demanda, à primeira vista, a existência de recursos massivos para subsidiar a restauração florestal em pequenas e médias propriedades estrategicamente localizadas nos caminhos prioritários dos corredores. Imagina-se, agora, que tais recursos possam vir, senão dos *Mecanismos de Desenvolvimento Limpo*, tal como definidos formalmente pelas convenções internacionais sobre o clima do planeta, de projetos associados à idéia de *sequestro de carbono*, desenvolvidos para empresas interessadas em retorno de imagem pública. É possível, no entanto, que, enquanto esta questão das vantagens não esteja adequadamente resolvida, do ponto de vista dos proprietários, os grandes processos de restauração, nos próximos anos, continuem sob responsabilidade de grandes empresas, compromissadas, seja com processos de certificação, seja com o cumprimento de condicionantes ambientais, tais como a COELBA, a VERACEL e as demais empresas de celulose na região, bem como de seus fomentados.

Apesar da ausência de respostas imediatas para algumas questões estratégicas que poderiam contribuir para ampliação da escala de recuperação ambiental, muitas delas foram resolvidas nestes primeiros dois primeiros anos de atuação. Pode-se afirmar também que algumas tendências verificadas apontam para viabilidade de um cenário otimista no longo prazo. À consolidação da legislação federal de proteção dos remanescentes de mata atlântica, recentemente aprovada no Congresso Nacional, vem se juntar um nível de interesse crescente nas atividades de recuperação de florestas nativas por parte dos proprietários rurais na região. Também se expande a possibilidade de encontros e diálogos, em um crescente processo de desarmamento ideológico e construção de confiança mútua, entre organizações e agentes que, até poucos anos, pouco se conheciam ou conversavam. Da mesma forma, a aproximação de organizações comunitárias, ambientalistas e instituições de ensino e pesquisa apontam para um potencial multiplicador que mal começou a dar seus primeiros frutos.

Todos estes aspectos somados contribuem fortemente para ampliação de horizontes e perspectivas de atuação integrada na região, tanto para os agentes locais quanto para as organizações envolvidas. Por este motivo o Instituto Cidade, em nome de todos os que participaram do projeto, agradece aos financiadores do CEPF, à Conservação Internacional e a todos os cidadãos e profissionais que tornaram possíveis tanto estes primeiros passos como o caminho aberto à frente.

Este relatório se complementa com os seguintes arquivos:

Apêndice 1: Cidadãos e organizações

Apêndice 2: Síntese do Projeto

Anexo 1: Diagnóstico Propositivo (SETE)

Anexo 2: Imagens do Diagnóstico (SETE)

Anexo 3: Primeiro Relatório de Acompanhamento (SETE)

Anexo 4: Segundo Relatório de Acompanhamento (SETE)

Anexo 5: Relatório Final de Avaliação (SETE)

Anexo 6: Estatuto da COOPLANTAR

Anexo 7: Monografia – Flavia Teixeira Chaves. *Uso do geoprocessamento para o planejamento de corredores de biodiversidade na bacia hidrográfica do rio Caraíva em um modelo de gestão compartilhada*. IGC UFMG, 2006.

Anexo 8: Dissertação – Paulo Dimas Menezes. *O Cidadão como Sujeito de Governo: planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva* - Capítulo 3. IGC UFMG, 2006.

IX. COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES

O CEPF tem como objetivo aumentar a disseminação de experiências, lições aprendidas e resultados entre as organizações beneficiárias, os doadores e outros interessados. Nós fazemos isso disponibilizando os relatórios finais dos projetos em nossa website (www.cepf.net) e divulgando-os em nossa newsletter e em outros meios de comunicação. Por favor, indique se você concorda em compartilhar este relatório final nas formas citadas acima.

SIM

Se a resposta for afirmativa, por favor complete as informações a seguir:

Para mais informações sobre esse projeto por favor entre em contato com:

Nome: Instituto Cidade, a/c Paulo Dimas Rocha de Menezes

Endereço: Rua Albita, 131, sala 328, bairro Cruzeiro, Belo Horizonte – MG, CEP 30.310-160

Telefone: +5531 3225 1098; +5531 3261 0267; +5531 9309 7682

Fax: +5531 3281 4798

**Correio eletrônico: paulodima@terra.com.br
e institutocidade@terra.com.br**